

Em contrapartida, existem palavras com um significado muito reduzido ou mesmo nulo, de que são exemplo típico aquelas que integram as classes chamadas “gramaticais” (cf. Cap. 10): pense-se, p.e., na conjunção *que* em frases como *ele disse que a Maria não tinha sido convidada para a festa*. Outras palavras ainda, como as conjunções coordenativas *e*, *mas* e *ou*, não têm qualquer significado descritivo nem remetem para qualquer conjunto de entidades, mas possuem um significado de natureza inteiramente conceptual, caracterizável logicamente (cf. Cap. 35).

O significado de uma frase depende crucialmente da combinação do significado das palavras que a compõem. As palavras, no entanto, não se encontram simplesmente listadas alfabeticamente no “dicionário mental” – o léxico – de um falante. A sua organização, de facto, é bastante mais complexa. No dicionário mental, as palavras estão organizadas numa “rede” estruturada em torno de relações abstratas. Essa estruturação conceptual implica operações mentais de categorização.

Assim, consideremos, p.e., a palavra *fruto* e a categoria geral que representa. Se pedirmos a um falante português que enumere diferentes tipos de frutos, não nos será certamente dada como resposta uma listagem por ordem alfabética. Provavelmente, serão produzidas em primeiro lugar palavras como *maçã*, *laranja* e *banana*, e não palavras como *papaia*, *limão* ou *abacaxi*. Este facto sugere que a palavra *fruto* (entre muitas outras que se poderiam usar como exemplo) é um termo genérico que representa uma categoria natural e que alguns exemplares dessa categoria são mais naturais do que outros (i.e., constituem **protótipos**) num dado enquadramento cultural ou civilizacional. Ou seja, o falante (inserido numa determinada cultura) associa mais naturalmente à categoria determinados exemplares, os quais, por sua vez, dão origem a representações semânticas (mais) estáveis do termo geral na sua memória.

Para além disso, a organização das palavras em redes semânticas é consistente com o facto de determinados tipos de dano ou lesão cerebral poderem afetar a capacidade de um falante usar ou reconhecer palavras pertencentes a uma determinada área semântica. Esta disfunção pode afetar de modo extremamente seletivo qualquer classe semântica de palavras. Por exemplo, pode manifestar-se apenas com palavras abstratas (como *ideia*), apenas com palavras concretas (como *gato*), ou até mesmo apenas com palavras que representam seres vivos, objetos inanimados, animais, nomes próprios, frutos, vegetais, etc. Assim, um falante pode manter a sua capacidade geral de comunicar, mas não ser capaz de processar nomes de vegetais, ainda que não tenha dificuldade em usar palavras de outras classes. Isso acontece porque existem áreas no cérebro especializadas no armazenamento de palavras de classes semânticas específicas (cf. Best 2000).

Neste capítulo, apresentam-se os vários tipos de relações que podem existir entre as palavras, estruturando a organização do léxico. Tais relações são tipicamente de natureza semântica, isto é, estabelecem-se ao nível do significado das palavras. Em 8.1 analisa-se o termo “significado”, mostrando que nele se amalgamam diferentes aspetos ou componentes conceptualmente e discursivamente diferenciados, dando-se particular importância à noção de “sentido” de uma palavra. Na secção 8.2 discute-se uma característica importante do sentido da maioria das palavras: a sua natureza pouco precisa, geral, ou “vaga”. Da secção 8.3 à secção 8.7 discutem-se diferentes aspetos do sentido das palavras, incluindo as relações de

sentido que estas podem manter entre si: homonímia e polissemia, sinonímia e antonímia, hiponímia e hiperonímia, e meronímia e holonímia². Na secção 8.8 discutem-se três tipos de relações lógicas entre proposições que assentam na natureza semântico-lexical dos predicadores que formam o seu núcleo: a simetria, a reflexividade e a transitividade.

8.1 Aspetos do significado lexical

Na sequência de uma longa tradição da semântica e também da disciplina da Lógica, o significado de uma palavra (ou, mais geralmente, de uma expressão linguística) pode ser decomposto em pelo menos duas dimensões diferentes. Por um lado, um conjunto de propriedades que definem o conceito expresso pela palavra; por outro lado, a classe de entidades do mundo que satisfazem essas propriedades e para a qual remete o conceito expresso pela palavra.

Retomando o substantivo *gato* como exemplo (ver o terceiro parágrafo da introdução), a primeira dimensão será um conjunto de propriedades, como ser um animal doméstico com pelo, ter quatro patas, cauda, ter tamanho médio (um pouco menor do que o de um cão típico), garras retráteis, o facto de caçar ratos, etc. Algumas destas propriedades são de natureza subjetiva (e por isso variáveis entre os falantes, dentro de certos parâmetros), como as relativas à inteligência, esperteza e afabilidade destes animais, o tipo de relacionamento que mantêm com os seres humanos, etc. Ao conjunto das propriedades semânticas que definem descriptivamente uma palavra chamamos o **sentido** ou **intensão** da palavra.

A segunda dimensão, por sua vez, é a própria classe das entidades que satisfazem o sentido; para a palavra usada como exemplo, a classe dos gatos existentes no mundo. Ao conjunto das entidades que satisfazem a intensão de uma palavra e para o qual remete o conceito expresso pela palavra, chama-se a **extensão** da palavra.

Seguindo Lyons (1977), usamos nesta Gramática o termo **denotação** para nos referirmos quer à intensão quer à extensão de uma palavra, desambiguando onde necessário pelos termos **denotação intensional** e **denotação extensional** (cf. Cap. 20)³.

O sentido de uma palavra ou de uma expressão pode, assim, ser entendido como a “definição” que a palavra tem no léxico mental e que a distingue das outras palavras. Assim, p.e., se um falante apontar para um pato e disser a frase *está ali um gato*, o resultado será alguma perplexidade por parte do ouvinte. O sentido da palavra *gato* remete para um animal mamífero com determinadas características físicas, ao passo que o sentido da palavra *pato* remete para uma ave com outras características físicas. Os dois sentidos não são compatíveis, e por isso as palavras não podem ser usadas para designar as mesmas entidades; neste caso, os conjuntos que definem a extensão de cada uma delas são mutuamente exclusivos.

² Para exposições mais detalhadas destes conceitos, cf. Cruse (1986), Jackendoff (1990), Pustejovsky (1995) e Fellbaum (1998).

³ Repare-se que não são apenas os nomes que denotam: também os adjetivos (como *alto*) e os verbos (como *dormir*) possuem um significado denotativo, já que podem ser caracterizados descriptivamente através de um conjunto de propriedades conceptuais e remetem igualmente para conjuntos de entidades que satisfazem essas propriedades (ou para relações entre conjuntos, no caso de verbos transitivos como *amar*).

Nem sempre isto acontece com duas palavras diferentes. A intensão diferente de duas palavras ou expressões distintas não implica necessariamente que a sua extensão também o seja. Assim, p.e., as expressões nominais *animal com rins* e *animal com coração* têm sentidos diferentes mas denotam extensionalmente a mesma classe de entidades, já que todos os animais que possuem coração também possuem rins e vice-versa; neste caso, os dois conjuntos são idênticos. Uma possibilidade mais frequente é que a extensão de duas expressões intensionalmente diferentes seja distinta mas com membros comuns; um exemplo é o par de palavras *estudante* e *jovem*: muitos estudantes são jovens (e vice-versa), mas nem todos os estudantes são jovens e nem todos os jovens são estudantes.

Distinguindo-se da denotação (quer intensional quer extensional), a **referência** é a propriedade que têm algumas expressões linguísticas, chamadas **expressões referenciais**, de designarem ou representarem uma entidade particular ou um grupo particular de entidades do **universo do discurso**. As expressões referenciais têm tipicamente como núcleo um nome comum (também chamado substantivo), um nome próprio ou um pronome, i.e., são sintagmas nominais (cf. Cap. 20). Os seguintes sintagmas nominais (sublinhados) constituem expressões referenciais, pois são usados para designar determinadas entidades num determinado contexto enunciativo: a minha vizinha foi às compras, a Maria cozinhou um ótimo jantar e ela zangou-se com o marido.

À entidade, individual ou coletiva, designada por uma expressão referencial chama-se o **referente** da expressão. O referente corresponde, assim, essencialmente, àquilo de que se está a falar quando usamos um determinado sintagma nominal num enunciado concreto (cf. Cap. 20). Por isso, a referência depende não só do sentido das palavras que formam o sintagma nominal (em particular, do substantivo e outros elementos que o modifiquem, como os adjetivos), mas também da situação em que o enunciado é produzido. Por exemplo, na frase *o gato adormeceu*, o sintagma nominal *o gato* refere normalmente um animal diferente de cada vez que a frase é produzida num enunciado concreto, consoante o contexto situacional, o lugar e o tempo em que esse enunciado é produzido. Isto acontece ainda que as palavras *o* e *gato* tenham a mesma contribuição semântica em todos esses enunciados (sobre a interpretação do artigo definido, cf. Caps. 20 e 22).

A dependência da referência relativamente ao contexto situacional ou discursivo em que um enunciado é produzido também é visível em frases como *todos os cães perseguiram o gato*. Nesta frase, o sujeito não é normalmente interpretado como designando todos os cães do mundo (perseguido um determinado gato), mas sim como referindo a totalidade dos cães mencionados anteriormente ou que se encontram na situação concreta em que o enunciado é produzido (e que podem ser apenas três ou quatro). Em resumo, a referência depende do contexto situacional e discursivo em que a frase é dita, da intenção comunicativa de quem enuncia a frase e do conhecimento da situação partilhado pelos interlocutores; em contrapartida, a denotação, incluindo o sentido, não depende do contexto.

A distinção entre denotação e referência é particularmente evidente em casos em que as palavras, num determinado contexto situacional ou discursivo, não possuem um referente. Por exemplo, no enunciado *nenhum gato foi ferido na rodagem do filme, até porque não havia gatos no estúdio*, os sintagmas em que se insere a palavra *gato* (i.e., *nenhum gato* e *gatos*), embora tenham uma denotação,

não referem nenhum animal em particular, já que se declara que não havia gatos na situação em questão. Quando um SN não refere qualquer entidade, diz-se que é **não referencial** (cf. Caps. 20 e 22).

Estabelecidas estas diferenças, é importante assinalar que os aspetos do significado lexical abordados nos pontos seguintes deste capítulo têm a ver não com a referência, mas sim com a denotação das palavras, em particular a denotação intensional ou sentido.

8.2 Vagueza

O sentido da maioria das palavras inclui propriedades conceptuais de natureza muito diferente. Tomemos como exemplo um dos sentidos comuns da palavra *janela*. Esta palavra denota uma abertura na parte exterior de uma edificação ou de um veículo que permite a passagem do ar e da luz para o interior dessa edificação ou veículo, bem como o seu revestimento com vidro ou outro material transparente.

Estas propriedades, ainda que necessárias (ou, pelo menos, típicas) na caracterização daquilo que constitui uma janela, são, no entanto, muito gerais, permitindo alguma variação na sua caracterização precisa. Em particular, deixa-se em aberto toda uma série de possibilidades quanto à forma ou ao tamanho da abertura da superfície, a natureza da edificação ou do veículo, o material de que é feito o revestimento, a sua espessura, a possibilidade de se abrir ou não de modo a deixar passar o ar (por exemplo, as janelas de um avião e de muitos edifícios modernos não se podem abrir), etc. Ou seja, *janela*, e na realidade a maioria das palavras, tem um **sentido vago** (a propriedade semântica correspondente chama-se **vagueza**).

Os sentidos vagos permitem, assim, que exista variação e flexibilidade na especificação interna das propriedades que compõem o sentido das palavras, podendo essa especificação ser diferente de falante para falante; e quanto mais vago for o sentido de uma palavra, mais abrangente será a sua extensão. Uma janela, por exemplo, pode ser redonda, quadrada, retangular, pode ser pequena ou grande, o seu revestimento pode ser feito de um material mais ou menos translúcido, de maior ou menor espessura, pode aplicar-se sobre edificações ou veículos de natureza variada, desde que tenham um volume interno e uma superfície externa adequada, incluindo submarinos, aviões, carros, casas, cabanas, tendas, etc.

Para além das propriedades necessárias, o sentido das palavras inclui outras propriedades que estão frequentemente (e tipicamente) presentes nos objetos por elas designados, mas que não constituem características necessárias da definição. Por exemplo, as janelas típicas são feitas de vidro (mas não necessariamente), podem abrir-se através de um fecho (mas não necessariamente) e têm um caixilho (mas não necessariamente).

Para dar outro exemplo, consideremos a palavra *carro*, de cujo sentido são atributos típicos ter uma carroçaria, um volante, um motor, quatro rodas revestidas de pneus, um chassis, bancos, janelas com um revestimento de vidro, etc. No caso extremo, se removermos todas as peças de um carro à exceção do volante, então certamente já não temos um carro, mas unicamente um volante. No entanto, a determinação dos elementos necessários para que se possa dizer que (ainda) temos um carro varia provavelmente de falante para falante. Ou seja, se removermos as

peças de um carro uma a uma, os falantes poderão divergir sobre se o resultado de cada remoção é ainda um carro ou não. Isto significa que a definição precisa do sentido da palavra *carro* não é clara nem para os falantes nem para os linguistas que estudam o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, a maioria das palavras de uma língua tem uma definição mental ligeiramente diferente para cada falante, relacionada com o seu conhecimento do mundo e a sua experiência pessoal. No entanto, a comunicação decorre, em geral, sem problemas, pois muito raramente os falantes se encontram numa situação em que a maioria dos atributos que associam à definição de uma palavra não seja satisfeita pelo seu referente.

Um exemplo extremo de vagueza é a palavra *algo* (cf. Cap. 23). Esta palavra é usada por muitos falantes para designar entidades abstratas ou concretas, e, embora seja tipicamente intuída como o pronome indefinido aplicável a entidades não humanas (e não animadas), é muitas vezes admissível o seu uso mesmo quando o referente inclui ou é constituído por seres animados, incluindo mesmo seres humanos: cf. a aceitabilidade de *algo matou os meus ratinhos da Índia, possivelmente o frio, o stress, a gripe, a idade, o gato, o vizinho ou o bebedouro elétrico, ou de algo fez o alarme soar, e só pode ter sido um ladrão*. Nesse sentido, *algo* contrasta com *alguém* (outra palavra vaga), corretamente intuído como sendo um pronome indefinido unicamente aplicável a entidades humanas, mas não a animais ou a entidades não animadas, como se pode ver pela estranheza de *#alguém fez o alarme soar, e só pode ter sido ou o gato ou o vento*.

8.3 Homonímia e polissemia

Na sua maioria, as palavras de qualquer língua são ambíguas, isto é, a uma mesma forma lexical correspondem sentidos diversos, e tantos mais quanto maior for a frequência dessas palavras no uso; pelo contrário, são em muito menor número as **palavras monossémicas**, ou seja, aquelas em que há uma relação biunívoca entre a forma e o sentido. São exemplos deste último caso certos nomes científicos, como *camussela*, nome de um pássaro, *urzela*, nome de um líquen ou *batíscafo*, nome de um pequeno submarino para observação científica dos oceanos. São também palavras monossémicas algumas formas derivadas que se relacionam apenas com um dos sentidos da palavra base, como *colunável*, que significa, apenas, 'digno de aparecer nas colunas da imprensa', e que deriva de um dos vários sentidos da palavra *coluna*, o de 'secção regular da imprensa escrita'.

No âmbito da ambiguidade lexical, distinguem-se dois casos: o da **homonímia** e o da **polissemia**. Em ambos, a uma mesma forma fonética e gráfica correspondem sentidos diferentes, pondo-se como problema decidir em que casos se considera estarmos perante palavras distintas ou perante uma só palavra. No primeiro caso, trata-se de homonímia; no segundo, de polissemia.

Para dar um exemplo clássico, será que *verde*, como nome de cor, e *verde*, como designação do estado de maturação de um fruto, são duas palavras homónimas, ou uma só palavra polissémica? Alguns falantes não detetam qualquer relação entre a cor e o estado de maturação, considerando-as, por isso, palavras diferentes. Outros, no entanto, relacionam os dois sentidos, dado que a fruta que tem cor verde é, frequentemente, fruta que ainda não amadureceu, pelo que consideram tratar-se

de uma única palavra. Compreende-se, assim, que nem sempre seja fácil distinguir entre homonímia e polissemia⁴.

Tendo em conta unicamente o conhecimento lexical do falante médio numa determinada época, e seguindo, portanto, uma perspectiva puramente sincrónica, diz-se que duas ou mais palavras são homónimas quando têm a mesma forma fonética e gráfica e sentidos completamente distintos, isto é, em que não se distinguem, presentemente, traços semânticos comuns⁵, como, p.e., *serra* 'instrumento para cortar' e *serra* 'elevação de terreno'.

Em contrapartida, considera-se que uma palavra é polissémica quando a uma mesma forma lexical correspondem sentidos diferentes para os quais é possível estabelecer uma relação através de um ou mais traços semânticos comuns, como, p.e., *vão* no sentido de 'vazio, oco', e *vão* no sentido de 'sem valor, desnecessário'. No caso das palavras polissémicas, podem conceber-se pontes semânticas entre os vários sentidos, atribuídas a processos diversos, sendo particularmente sistemáticos na língua os processos de extensão ou restrição dos sentidos, nomeadamente por metáfora e metonímia (vulgarmente chamados "sentidos figurados"). Neste capítulo, segue-se esta perspectiva sincrónica e não uma perspectiva histórica.

Algumas formas lexicais como, por exemplo, a palavra *banco* podem ser tanto homónimas como polissémicas. Esta forma constitui uma palavra polissémica quando se compara a interpretação de 'instituição' (cf. *o banco vai falir*) com a de 'edifício' onde funciona a instituição (cf. *o banco vai ruir*). Em contrapartida, a forma instancia um caso de homonímia (ou seja, representa duas palavras distintas) quando se compara a interpretação de 'instituição' com a interpretação de 'assento' (cf. *ele sentou-se no banco do jardim*)⁶.

Um dos critérios usados em lexicografia para distinguir entre homonímia e polissemia é observar a história da palavra. Ou seja, seguindo uma perspectiva diacrónica, consideram-se palavras homónimas aquelas que, tendo a mesma forma, têm origens etimológicas diferentes, convergindo numa mesma forma devido à sua evolução fonética. Assim, por exemplo, nos dicionários que adotam este critério, formas lexicais idênticas têm entradas diferentes, equivalendo a palavras distintas, ou seja, homónimas, sempre que as formas associadas aos diversos sentidos têm étimos também diferentes, como, p.e., *manga* 'parte de uma peça de vestuário', cujo étimo é *manica*, do latim, e *manga* 'fruto da mangueira', cujo étimo é *manga*, do malaiala, ou *canto* 'ângulo, esquina, aresta', do latim *canthus*, e *canto* 'ato de cantar, som musical', do latim *cantus*. Em contrapartida, a uma forma lexical cujos sentidos não correspondem a étimos diferentes é dada uma única entrada; neste caso, temos uma única palavra polissémica.

⁴ Por este motivo, a distinção é considerada como praticamente insolúvel por vários semanticistas (cf. Lyons 1986:43ss).

⁵ Frequentemente, palavras com sentidos muito distintos têm formas morfológicas derivadas também distintas (*banco* 'assento' > *bancada*, *banqueta* vs. *banco* 'instituição bancária' > *bancário*, *banqueiro*), o que corrobora a adoção de uma metodologia sincrónica para se distinguir entre polissemia e homonímia.

⁶ O item *banco* pode também ser usado em expressões como *banco de areia* ou ainda *banco de sangue*, *banco de dados*, em que significa um lugar onde se guarda uma quantidade elevada da matéria ou das entidades em causa. É plausível que estes dois últimos usos instanciem um sentido relacionado com o de instituição financeira, na medida em que todos remetem para um lugar onde se guarda um volume elevado de alguma coisa.

Este critério histórico não é relevante para a maioria dos falantes porque estes não têm, de um modo geral, conhecimento da etimologia das palavras, nem do seu percurso histórico. Assim, existem palavras formalmente idênticas, com o mesmo étimo e, conseqüentemente, com sentidos historicamente relacionados, mas que não são intuídas como relacionadas pelos falantes de uma determinada geração (ou seja, para esses falantes, essas palavras são homónimas e não polissémicas), como, p.e., a palavra *curso*, do latim *cursus*, que pode significar, por um lado, 'ato de correr, movimento' e, daí, 'caminho percorrido por um rio', e, por outro lado, 'programa de estudos, lição, disciplina', sentidos que o falante não relaciona.

8.3.1 Homonímia

Como vimos, na perspetiva sincrónica seguida neste capítulo, palavras que têm a mesma forma gráfica e fonética mas sentidos diferentes são consideradas palavras homónimas. Por exemplo, o nome *canto* é ambíguo entre duas palavras diferentes, cada uma com sentidos distintos: uma ocorre em expressões como *o canto da sala* e a outra em expressões como *o canto do rouxinol*. Outros casos de homonímia são, por exemplo, *banco* 'assento' e *banco* 'instituição bancária', *cavalo* 'animal equídeo' e *cavalo* 'heroína (droga)'⁷.

Em todos estes exemplos, a mesma forma tem, atualmente, sentidos suficientemente diferentes para ser tratada no âmbito da homonímia, independentemente de considerações sobre as suas origens etimológicas, que são diferentes em *canto* e em *banco*, ao contrário do que acontece em *cavalo*.

Muitas das palavras homónimas pertencem a classes diferentes: *foca* (verbo, em *a máquina foca bem*) vs. *foca* (nome, em *eu vi a foca*); *são* (adjetivo, em *ele está são*) vs. *são* (verbo, em *elas são altas*); *mato* (nome, em *estamos no mato*) vs. *mato* (verbo, em *eu mato as moscas*), entre muitas outras. Este tipo de homonímia, que diz respeito a palavras homónimas não pertencentes à mesma classe, é designado por **homonímia parcial**.

Outro tipo de homonímia, a **homonímia absoluta**, diz respeito a palavras que pertencem à mesma classe, como, por exemplo, *vela* 'objeto de cera' vs. *vela* 'tecido para propulsão eólica'; *banco* 'instituição financeira' vs. *banco* 'assento'; *manga* 'fruto' vs. *manga* 'parte de uma peça de vestuário'; *pena* 'castigo judiciário' vs. *pena* 'órgão cutâneo que reveste o corpo das aves'; *letra* 'sinal gráfico' vs. *letra* 'título de crédito'. Todas estas palavras pertencem à classe dos nomes e possuem sentidos independentes.

8.3.2 Polissemia

Como foi dito, designa-se como **polissemia** a associação de uma forma lexical única a sentidos diferentes que mantêm entre si alguma relação. Dois processos analógicos muito produtivos e com um papel importante neste domínio da significação são a **metáfora** e a **metonímia**. No primeiro caso, há transferência de sentido resultante de uma associação por semelhança. Assim, por exemplo, a palavra *joia* tem o sentido básico de ornamento valioso em *usava uma joia na lapela* e, por semelhança,

⁷ O nome de "cavalo" para heroína vem do efeito que produz, semelhante ao de um coice de cavalo. Há, portanto, uma relação de analogia, mas nem todos os falantes têm conhecimento disto.

o de pessoa com qualidades valiosas em *a tua irmã é uma joia*. No segundo caso, há expansão ou restrição de sentido por contiguidade. Essa contiguidade pode ser (i) entre o continente e o conteúdo (*copo* significa recipiente em *enche o copo com água* ou o líquido que o recipiente contém – tipicamente uma bebida alcoólica – em *vamos beber um copo*); (ii) entre o todo e a parte (*teto* significa uma parte da casa em *pintei o teto de branco* ou toda a casa em *não tem um teto onde se abrigar*); (iii) entre a matéria-prima e o produto (*prata* tem o sentido de metal precioso em *a prata vale menos do que o ouro* e de objeto feito de prata em *roubaram-lhe todas as pratas*).

Outro exemplo de polissemia é a palavra *livro*, que pode significar o conteúdo intelectual de uma obra escrita (em frases como *o livro é extremamente polémico*) ou o suporte físico no qual o texto está escrito (em frases como *o rato roeu o livro*). Embora os dois sentidos (conteúdo vs. suporte) sejam diferentes, apresentam relações metonímicas que o falante reconhece.

Podemos distinguir dois tipos de polissemia, a **polissemia regular** e a **polissemia irregular**. Na polissemia regular, todas as palavras pertencentes a uma determinada classe semântica exibem o mesmo padrão polissémico. Um exemplo é o das palavras que remetem para uma obra escrita (*carta, diário, dicionário, jornal, livro de código, livrete, manual, panfleto, relatório, revista, etc.*), que exibem exatamente a mesma dualidade de sentidos da palavra *livro*. Se for dito a um falante do português que existe uma palavra nova, por exemplo *lídito* (palavra inventada por nós), que remete para um tipo de obra escrita mas cujo significado exato não é bem conhecido, os falantes concluirão que podem usar essa palavra tanto com o sentido de conteúdo como com o sentido de suporte material.

No caso da polissemia irregular, não existe qualquer padrão polissémico partilhado pelas palavras da mesma classe semântica. Por este motivo, as palavras e os seus sentidos têm de ser aprendidos um a um, não podendo ser inferidos a partir da classe semântica. Por exemplo, a palavra *coração* tem um sentido biológico, quando designa um órgão muscular, e um sentido emocional, quando designa metaforicamente a sede de algumas emoções. Contudo, esta dualidade de sentidos não é observada em outras palavras da mesma classe semântica, tais como *bexiga, pâncreas, pulmão, rim, etc.*⁸

Na polissemia regular, pode acontecer que os vários sentidos da palavra estejam simultaneamente disponíveis na mesma frase. Por exemplo, é possível usar os dois sentidos da palavra *livro* em *o livro que está em cima da mesa contém erros sobre a história de Portugal*. Aqui, o objeto físico livro está a ser localizado no espaço, ao mesmo tempo que se qualifica o seu conteúdo intelectual. Este tipo de polissemia regular é chamado **polissemia compatível**.

Contudo, nem todas as palavras polissémicas podem ser usadas desta forma; há um segundo tipo de polissemia regular a que chamamos **polissemia incompatível**. Como exemplo, consideremos a palavra *colher*, que pode ser usada no sentido de utensílio recipiente ou também, por metonímia, como medida de quantidade que o recipiente pode conter (cf. Cap. 21). Os dois sentidos são ilustrados, respetivamente, em *a colher está torta* e em *ponha uma colher de manteiga no refogado*. Esses

⁸ Também a palavra *estômago* possui uma dualidade de sentido ('órgão' e 'ânimo') semelhante à da palavra *coração*, mas o sentido de 'ânimo' apenas se verifica na expressão idiomática *não ter estômago para*.

sentidos são observáveis em palavras da mesma classe: *balde, copo, pá, panela, pipa, pipeta, saco* ou *tacho*. Contudo, a polissemia incompatível não permite que estejam ativos na mesma frase, em simultâneo: cf. a estranheza de *#a colher de manteiga que está torta deve ser posta no refogado*, uma frase que não pode ser interpretada como uma instrução para colocar uma certa porção de manteiga num refogado usando uma colher torta. Abaixo são listados exemplos de palavras pertencentes a estas duas classes.

❖ Polissemia compatível

- (1) a. O relatório era falso. [conteúdo]
 b. O relatório foi rasgado. [suporte]
 c. O relatório que foi rasgado era falso. [conteúdo + suporte]

(outros exemplos: *livro, manual, carta*, etc.)

- (2) a. O hospital despediu o segurança. [instituição]
 b. O hospital foi assaltado. [edifício]
 c. O hospital que foi assaltado despediu o segurança. [instituição + edifício]

(outros exemplos: *banco, escola, empresa*, etc.)

- (3) a. A cidade foi inundada. [local, região]
 b. A cidade está revoltada contra a Câmara. [população]
 c. A cidade que foi inundada está revoltada contra a Câmara. [local, região + população]

(outros exemplos: *cidade, vila, aldeia, país*, etc.)

❖ Polissemia incompatível

- (4) a. Ele partiu um copo. [recipiente]
 b. Ele pôs um copo de vinagre no estufado. [medida de quantidade]
 c. #Ele pôs um copo de vinagre estalado no molho. [recipiente + medida de quantidade]

(outros exemplos: *colher, caneca, jarro, balde*, etc.)

- (5) a. O panda está a dormir. [espécime (cf. Cap. 21)]
 b. O panda está atualmente ameaçado. [espécie]
 c. #O panda que está atualmente ameaçado está a dormir. [espécime + espécie]

(outros exemplos: *tigre, canário, sardinha*, etc.)

- (6) a. Ele usa um fio de prata. [substância]
 b. A prata tem o número atômico 47. [elemento]
 c. #Ele usa um fio de prata que tem o número atômico 47. [substância+elemento]

(outros exemplos: *ouro, ferro, platina*, etc.)

A polissemia não está restringida a formas nominais. Há também verbos, adjetivos e preposições que exibem um comportamento polissêmico.

Assim, os verbos *fechar* e *abrir* tanto podem remeter para ações físicas (*fechar a gaveta, abrir o portão*) como para atividades abstratas (*fechar o balanço, fechar a sessão, abrir a sessão, abrir a aula com uma anedota*, etc.). Também se podem considerar polissêmicos alguns verbos com realizações sintáticas distintas associadas a leituras semânticas parcialmente diferentes, ainda que relacionadas. É este o caso dos verbos que entram na “alternância causativa-incoativa”, como *afundar* (cf. Caps. 13 e 28). Este verbo ocorre numa frase transitiva com dois sintagmas nominais argumentais, desempenhando as funções de sujeito e de complemento direto (cf. (7a)), e numa frase intransitiva com apenas um sintagma nominal argumental, desempenhando a função de sujeito (cf. (7b)):

- (7) a. O submarino *afundou* o barco. (afundar = fazer com que vá ao fundo)
 b. O barco *afundou-se*. (afundar-se = ir ao fundo)

Nas duas frases, o sentido de *afundar* é essencialmente o mesmo. Nomeadamente, o mesmo sintagma nominal é complemento direto da versão transitiva (7a) e sujeito da versão intransitiva (7b), sendo-lhe atribuído pelo verbo o mesmo papel temático de paciente afetado em ambas as frases (cf. Cap. 11). No entanto, há uma diferença: em (7b) apenas se exprime a situação resultante do evento causal representado em (7a), sem qualquer menção, explícita ou implícita, desse evento causal e do agente causador (representados em (7a)). Tal como é característico da polissemia regular, o tipo de diferença semântica relacionada com a alternância causativa-incoativa é observado em muitos outros verbos, tais como *abrir, danificar, fechar, partir, submergir* ou *sujar* (cf. Cap. 28).

Existem também adjetivos polissêmicos como *alto, baixo, belo, bom, grande, mau, pequeno* ou *verdadeiro*. Por exemplo, em (8a), o adjetivo atributivo *grande*, em posição pré-nominal, denota a elevada capacidade de jogo do indivíduo, ao passo que, em (8b), o mesmo adjetivo atributivo, em posição pós-nominal, denota a sua elevada estatura física. Já em (8c), o mesmo adjetivo, agora com função predicativa, é ambíguo entre um sentido em que denota dotes físicos e outro em que denota dotes morais:

- (8) a. O Vasco é um *grande* jogador.
 b. O Vasco é um jogador *grande*.
 c. O Vasco é *grande*.

Frequentemente, o sentido dos adjetivos depende da entidade que qualificam, o que torna impossível listar todos os sentidos que podem ter. Este fenómeno é ilustrado nas frases em (9), onde o adjetivo *bom/boa* é sempre usado com uma conotação positiva, embora ligeiramente diferente em cada caso:

- (9) a. A carne não está *boa*. ('fresca')
 b. Foi *bom* passear pela cidade. ('agradável')
 c. A caldeirada estava *boa*. ('saborosa')
 d. Isto é *bom* para as enxaquecas. ('curativo')
 e. Este nó é *bom* de se desfazer. ('fácil')
 f. Ela é uma pessoa *boa*. ('bondosa')
 g. Ela é uma *boa* médica. ('competente')

O mesmo tipo de comportamento polissêmico pode ser observado em relação a adjetivos como *falso*, *lento*, *novo*, *rápido*, *velho*, *veloz*, *verdadeiro*: cf., por exemplo, *este é um jogo rápido*, *este carro é rápido* e *este teste é rápido*. No primeiro caso, *rápido* não qualifica a velocidade do jogo, mas sim a das jogadas. No segundo caso, o adjetivo qualifica a velocidade de um veículo, não a rapidez da condução. E, no terceiro caso, o adjetivo qualifica o tempo em que se pode fazer ou ler o teste.

Também existe polissemia nas preposições. Por exemplo, a preposição *em* significa inclusão, mas este sentido pode tomar diferentes matizes, alguns deles abstratos, tal como ilustrado em (10) (cf. Cap. 32):

- (10) a. O livro está *em Lisboa*. [inclusão geográfica]
 b. O futuro está *em ti*. [inclusão metafórica]
 c. O peixe está *em óleo quente*. [inclusão física]
 d. A avestruz está *em pânico*. [inclusão psicológica]
 e. O sistema está *em fase de testes*. [inclusão abstrata]
 f. Um dos condutores está *em contramão*. [inclusão numa situação]
 g. O relatório está *em disquete*. [inclusão num suporte]
 h. O meu quadro está *em pedaços*. [inclusão num estado]
 i. A minha vida está *em pedaços*. [inclusão metafórica num estado]

8.4 Sinonímia

Chamam-se **sinónimas** as palavras distintas, da mesma classe lexical, com sentidos semelhantes (cf. *japonês* e *nipónico*, *nitrogénio* e *azoto*, *narcótico* e *estupefaciente*, *amável* e *gentil*, *célebre* e *famoso*, *horrível* e *horroroso*, *abelha-mestra* e *abelha rainha*, etc.).

A **sinonímia absoluta** é um fenómeno extremamente raro nas línguas humanas. De facto, praticamente não existem palavras que tenham exatamente o(s) mesmo(s) sentido(s) e as mesmas condições de uso, i.e., que possam substituir-se uma à outra num enunciado sem provocar qualquer diferença de significado expressivo ou de adequação pragmática do enunciado ao contexto situacional ou discursivo. Por vezes, existem também diferenças “colocacionais” entre sinónimos (i.e., que têm a ver com a sua capacidade combinatória com outras palavras; cf. Firth 1951:190ss e Lyons 1986:50ss): assim, *célebre*, mas não *notável*, pode ocorrer com o advérbio *tristemente*: cf. *tristemente célebre* mas não *#tristemente notável* (cf. Cap. 9).

Por este motivo, é mais correto (e produtivo) restringir a definição de sinonímia aos aspetos do significado que têm a ver com o valor de verdade das frases nas quais se integram os termos em questão⁹ – a chamada **sinonímia proposicional** (cf. Cruse 2004). Com base neste critério, são sinónimas as palavras ou expressões linguísticas que se possam substituir numa frase sem alterar o seu valor de verdade (cf. *muitos japoneses/nipónicos emigraram para o Brasil*, *o azoto/nitrogénio faz parte do ar que respiramos*, *o tráfico de narcóticos/estupefacientes pode dar cabo de um país*, *a Maria é extremamente amável/gentil*, *esse filme é horrível/horroroso*, *a {abelha-mestra/abelha rainha} acabou de entrar na colmeia*, etc.).

⁹ Dizendo melhor, que têm a ver com o valor de verdade das proposições expressas por essas frases (cf. Cap. 11). Para simplificar a exposição, continuamos a usar o termo “frase” neste contexto.

Quando uma palavra é polissémica, determinados sinónimos podem abranger apenas algum ou alguns dos seus sentidos; nesse caso, a sinonímia diz-se **parcial**. Por exemplo, o nome polissêmico *alto* tem *cume* como sinónimo em contextos como *o alto/cume da montanha*, mas não em contextos como *ter um alto na cabeça* (cf. a estranheza de *#ter um cume na cabeça*); neste contexto, *alto* tem como sinónimo *protuberância* (cf. *tem uma protuberância na cabeça*); a palavra *caro* tem como sinónimo *dispendioso* em *o aluguer é caro/dispendioso*, mas tem como sinónimo *querido* em fórmulas de cortesia como *meu caro/querido amigo*.

Há palavras com sentidos semelhantes mas também com algumas diferenças semânticas que podem aparecer realçadas em determinados contextos, podendo, nalguns deles, a sua substituição alterar subtilmente o valor de verdade da frase; é o caso de palavras como *vaidade* e *arrogância*, *orgulho* e *soberba*; *célebre* e *notável*; e *guiar* e *conduzir*. Estas palavras são chamadas **quase sinónimos** ou **parassinónimos**¹⁰. Por exemplo, *guiar* está usualmente associado ao ato simples de orientar um volante ou um guiador, ao passo que *conduzir* remete para uma atividade mais complexa que inclui a manipulação de outras peças (pedais, alavancas, manetes, etc.). Assim, dizemos que um piloto conduz um avião, um submarino, etc., mas não que o guia.

Em muitos casos, as palavras sinónimas são variantes dialetais da mesma língua (cf. *sertã* e *frigideira*; *quarto de banho* e *casa de banho*; *borrego*, *cordeiro* e *anho*, *café*, *bica* e *cimbalino* (no sentido de café de máquina servido em cafés e restaurantes), *fino* e *imperial* (no sentido de copo de cerveja tirada à pressão)¹¹.

Entre variedades nacionais do português, há também casos de sinonímia, como, por exemplo, *autocarro* (português europeu), *ônibus* (português do Brasil) e *machim-bombo* (português de Angola e de Moçambique). As palavras *ônibus* e *machim-bombo*, para além de significarem transporte urbano de passageiros, tal como *autocarro*, têm outro sentido, correspondente ao da palavra do português europeu *camioneta* (transporte interurbano de passageiros).

A sinonímia também tem uma dimensão temporal, ou porque uma das palavras sinónimas é um arcaísmo (cf. *bragal* como sinónimo de *enxoval*, *ósculo* como sinónimo de *beijo*), ou porque é um neologismo (*rebaixas* como sinónimo de *saldos*, *flop* como sinónimo de *fracasso*).

Também entre registos de língua diferentes ocorrem frequentemente sinónimos: cf. *pai* (termo neutro) vs. *papá* (sinónimo familiar); *comer* (termo neutro) vs. *papar* (sinónimo familiar) e *morfar* (sinónimo popular). Outro exemplo é o das várias palavras que denotam intoxicação alcoólica, como *bebedeira* e os seus correspondentes populares: *borracheira*, *piela*, *pifo*, *tosga*, a par de outros, menos partilhados pela generalidade dos falantes, como *bezana*, *buba*, *cadela*, *cardina*, *manta*, *narda*, etc.

[1] Muitos dos termos da linguagem científica, incluindo nomes latinos e fórmulas químicas, são sinónimos de termos da linguagem corrente (cf., entre outros, *síndrome de Down* e *mongolismo*, *cefaleia* e *dor de cabeça*, OH_2 e *água*, *merluccius merluccius* e *pescada*). O termo científico, no entanto, tem um sentido muito restrito, que se

¹⁰ Os parassinónimos são, no entanto, frequentemente apresentados como sinónimos nos dicionários de uso.

¹¹ Com o tempo, a variação dialetal pode esbater-se ou mesmo desaparecer, e as palavras sinónimas passam a ser usadas por falantes do mesmo dialeto, quer como termos equivalentes quer com associações contextuais ou estilísticas diferentes.

reduz à nomeação científica da espécie ou categoria em questão, abstraindo de toda a riqueza expressiva do termo corrente e das suas várias associações de sentido com as outras palavras da língua. Por esse motivo, na maioria dos casos, o termo científico tem um contexto de uso limitado, restringido a textos científicos e legais, dicionários e enciclopédias, comunicação entre especialistas, etc. Por exemplo, *cefaleia* é termo usado por médicos, sendo *dor de cabeça* expressão corrente; *mongolismo* e *síndrome de Down* são ambos termos científicos, mas o primeiro é de uso mais corrente, sendo hoje em dia menos utilizado do que o segundo entre os especialistas; e ninguém diz que quer para o jantar *merluccius merluccius* com molho tártaro.

8.5 Antonímia

As palavras da mesma classe lexical com formas diferentes e sentidos opostos chamam-se **antónimos**, designando-se por **antonímia** a relação semântica entre elas (cf. *alto* e *baixo*, *despedir* e *contratar*, *macho* e *fêmea*, *noite* e *dia*, entre muitos outros).

A natureza semântica da oposição que é estabelecida entre palavras antónimas pode assumir várias formas, das quais destacamos quatro classes principais.

❖ Antonímia complementar

Os **antónimos complementares** são aqueles que instanciam uma relação que só possui dois pontos de oposição possíveis, isto é, em que os dois antónimos têm um sentido incompatível entre si e se excluem mutuamente. Neste caso, uma entidade que pode ser descrita por um deles não o pode ser pelo outro. Para além disso, não existem valores intermédios entre os conceitos opostos. É este o caso, p.e., de adjetivos como *par/ímpar*, *existente/inexistente* e *vivo/morto* (no sentido literal, não metafórico, destes dois últimos termos – cf. Nota 12). Ou seja, a negação de um implica a afirmação do outro: um número natural é par ou ímpar, uma pessoa está viva ou morta, etc.

Devido ao facto de não existirem estados intermédios entre dois antónimos complementares, estes não podem combinar-se com advérbios que especificam grau ou intensidade variável, tais como *muito*, *pouco*, *mais*, *menos* ou *bastante*: cf. **ele está muito/pouco morto*, **a água é mais inexistente em Marte do que na Terra* ou **este número é bastante ímpar* (mas cf. Nota 12).

❖ Antonímia de grau

Os **antónimos de grau** são aqueles que se definem numa escala contínua com pontos intermédios entre dois extremos opostos; são exemplos pares de adjetivos como *quente/frio*, *molhado/seco*, *fácil/difícil*, *novo/velho*, *limpo/sujo*, *sóbrio/bêbedo*, *curto/longo*, *alto/baixo*, *puro/impuro*, *amar/odiar*, *rir/chorar*, *longe/perto*. Estes antónimos podem combinar-se com advérbios que especificam grau ou intensidade: cf. *o chão está muito molhado*, *é mais difícil sobreviver em Marte do que na Terra*, *ele está bastante bêbedo*, etc.

Neste tipo de antonímia, existem com frequência palavras que remetem para estados intermédios, tais como *morno* (estado entre *quente* e *frio*), *húmido* (estado entre *molhado* e *seco*), ou *gostar* e *detestar* (par de antónimos situados entre os antónimos mais extremos *amar* e *odiar*). Nalgumas escalas existe mais do que um termo aplicável aos seus pontos intermédios. Assim, na escala de temperatura, tem-se *gelado*, *frio*, *fresco*, *morno*, *quente*, *tórrido*. Nem sempre é claro em que ponto

da escala se encontram tais palavras, mas estas escalas contrastam claramente com as dos antónimos complementares, onde não existem termos intermédios entre os dois antónimos¹².

❖ Antonímia reversível

Os **antónimos reversíveis** denotam extremos opostos de uma escala espacial, como o par *dentro/fora*, e podem envolver movimento, orientação ou localização, de tal modo que as entidades a que se aplicam podem “circular” de modo contínuo pelos vários pontos da escala espacial num sentido ou noutro, como ilustram os pares *expandir/encolher*, *abrir/fechar*, *tirar/pôr* e *subir/descer*. Assim, p.e., a ação de abrir uma porta pode ser invertida na ação de a fechar, o inverso de estar dentro é estar fora (e as duas situações são reversíveis), depois de enrolar uma corda é possível desenrolá-la, etc.

Os antónimos reversíveis são semelhantes aos antónimos de grau, na medida em que admitem termos de comparação ou intensidade: cf. *um elevador subiu mais do que o outro* ou *o camião está mais dentro da garagem do que fora*. Muitos verbos criados pelo prefixo *des-* são antónimos reversíveis da forma correspondente sem o prefixo, tais como *atar/desatar*, *apertar/desapertar*, *enrolar/desenrolar* e *ligar/desligar*.

❖ Antonímia relacional

Os **antónimos relacionais** denotam uma mesma situação, mas a partir de uma perspectiva oposta. Por exemplo, os verbos *dar* e *receber* remetem ambos para uma ação de transferência, mas ao passo que *dar* representa a transferência a partir da perspectiva de quem dá, *receber* representa-a a partir da perspectiva de quem recebe. Ou seja, para uma determinada situação particular, quer se use *dar* quer se use *receber*, estão envolvidos os mesmos intervenientes, com os mesmos papéis temáticos (fonte e destinatário), ainda que a função gramatical das expressões que representam esses papéis temáticos não sejam as mesmas: assim, a frase *o Pedro deu um beijo à Leonor* e a frase *a Leonor recebeu um beijo do Pedro* representam a mesma situação. De uma forma mais geral, ‘x dar algo a y’ implica ‘y receber algo de x’, e vice-versa (relativamente a uma determinada situação).

Outros exemplos de antónimos relacionais são *ensinar/aprender*, *empregado/patrão*, *professor/aluno*, como se pode ver em pares de frases que exprimem essencialmente a mesma situação, tais como *o Bruno é empregado do Carlos* e *o Carlos é patrão do Bruno*.

O verbo *alugar* é interessante a este respeito, pois pode expressar duas perspectivas diferentes sobre uma situação. De facto, este verbo tanto pode denotar o ato de ceder a outrem o direito ao uso de um bem móvel ou imóvel, com contrapartidas financeiras, como o ato de adquirir o direito a usar esse bem, mediante um pagamento: cf. *o João alugou a casa à Maria*, que tanto pode significar que o João, enquanto senhorio, cedeu à Maria o direito de usar uma determinada casa (provavelmente a sua) mediante um pagamento, como pode significar que o João, enquanto inquilino, adquiriu da Maria o direito de usar uma determinada casa (provavelmente propriedade da Maria). Assim, este verbo é polissémico entre duas interpretações que estão associadas entre si por uma relação de antonímia relacional.

¹² Num sentido não literal, figurativo ou metafórico, alguns antónimos complementares podem ser usados como antónimos de grau e combinar-se com advérbios de grau. É este o caso, p.e., do par *vivo/morto*. Assim, é possível dizer *essa pessoa está (mais morta do que viva/meio morta)*.

8.6 Hiponímia-hiperonímia

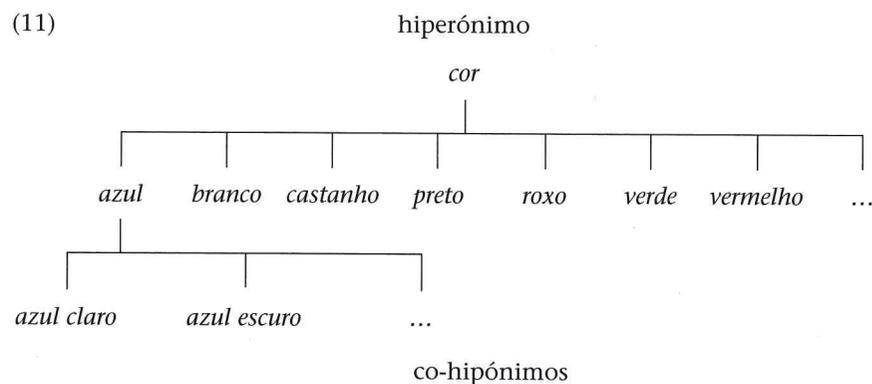
Frequentemente, palavras que pertencem à mesma área semântica encontram-se relacionadas entre si em termos da maior ou menor especificidade do seu sentido. Por exemplo, o item *azul* é mais específico e, logo, mais informativo do que o item *cor*, por denotar um tipo particular de cor; *azul claro* é mais específico e informativo do que *azul* por denotar um tipo particular de azul, e assim sucessivamente. Estas relações são chamadas **relações de hiponímia-hiperonímia**. Assim, *azul claro* é **hipónimo** de *azul* e *azul* é **hipónimo** de *cor*. Inversamente, *azul* é **hiperónimo** de *azul claro* e *cor* é **hiperónimo** de *azul*. Para dar outro exemplo de uma área semântica diferente, *maçã* ou *pera* são hipónimos de *fruta*, e este termo é hiperónimo daqueles.

A relação lógica entre um hipónimo e o seu hiperónimo é a de inclusão. Assim, do ponto de vista extensional, a classe (ou conjunto) de entidades denotada por um hiperónimo contém (ou inclui) a classe (ou conjunto) de entidades denotada pelo hipónimo. Assim, p.e., a classe das entidades coloridas contém a classe das entidades azuis, a classe das frutas contém a classe das peras, etc.

Inversamente, do ponto de vista intensional, os conceitos que formam o sentido de um hipónimo formam uma classe mais abrangente, rica e informativa do que a classe de conceitos que formam o sentido do hiperónimo. Assim, p.e., o sentido de *azul* contém não só a noção de *cor*, como a noção adicional que tem a ver com uma determinada localização no espectro das ondas luminosas; o sentido de *maçã* inclui o sentido de *fruta* mais uma série de propriedades que individualizam as maçãs relativamente às peras, às uvas, etc.

As relações de hiponímia e hiperonímia são simétricas (mudando os predicados): sempre que *x* é hipónimo de *y*, *y* é hiperónimo de *x*, e vice-versa; p.e., *azul* é hipónimo de *cor* e *cor* é hiperónimo de *azul*.

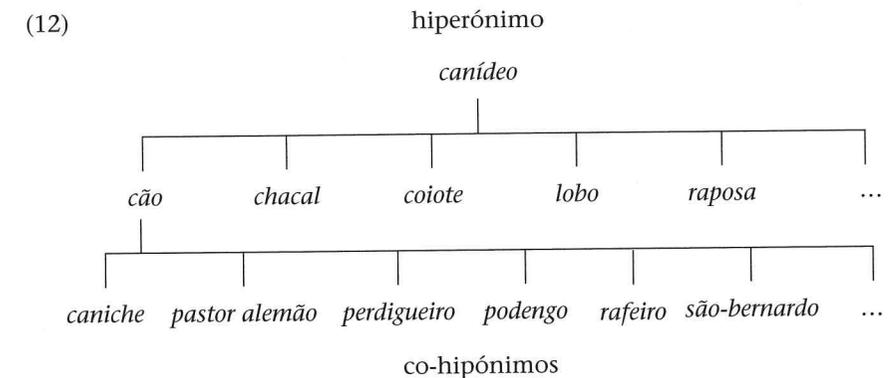
Geralmente, um hiperónimo possui mais do que um termo hipónimo. Assim, todas as palavras que designam cores particulares são hipónimas do termo *cor*: *amarelo*, *branco*, *castanho*, *cor-de-rosa*, *laranja*, *preto*, *verde*, etc. As palavras que partilham o mesmo hiperónimo são chamadas **co-hipónimas**. Assim, p.e., as relações de hiponímia/hiperonímia do termo *cor* instanciam uma hierarquia de palavras ilustrada (de modo incompleto) em (11):



A mesma palavra pode entrar numa relação de hiponímia com mais do que um termo da mesma área semântica, numa organização hierárquica articulada em níveis

distintos; assim, p.e., *azul claro* é um **hipónimo indireto** de *cor*, visto que é **hipónimo direto** de *azul*, e, por sua vez, *azul* é hipónimo direto de *cor*.

Em alguns casos, a hierarquia de hiponímia/hiperonímia que se estabelece é relativamente complexa, como, p.e., a de *canídeo*, que se apresenta a seguir:



O termo *canídeo*, por sua vez, faz parte de uma hierarquia muito mais vasta (*canídeo* é hipónimo de *mamífero*, e esta palavra, por sua vez, é hipónimo de *animal*).

Existem vários critérios que permitem a identificação de um par de palavras relacionadas desta forma. Assim, é possível dizer que existe uma relação de hiponímia entre um par de palavras (aqui simbolizadas como "*x*" e "*y*") se estas não forem sinónimas e se a verdade de *a* é *x* implicar necessariamente a verdade de *a* é *y*. Este critério baseia-se no facto de um hipónimo remeter para um conceito mais específico do que o seu hiperónimo. Assim, p.e., se for verdade que o Rex é um caniche, é também necessariamente verdade que é um cão, visto que *caniche* é um hipónimo de *cão*. É, assim, possível comprovar em (12) que *caniche* é um hipónimo de *cão*¹³.

Um outro critério para a identificação de hipónimos/hiperónimos resulta da impossibilidade de coordenar um hipónimo com um hiperónimo (cf. (13a)), contrariamente à coordenação de dois co-hipónimos (cf. (13b)) ou de dois termos que se situem em ramificações distintas de uma hierarquia de hiponímia-hiperonímia (cf. (13c)).

- (13) a. #Eu tenho em casa um caniche e um cão.
 b. Eu tenho em casa um caniche e um pastor alemão
 c. Eu tenho em casa um cão/caniche e um {gato/gato siamês}.

A estranheza de (13a) deve-se ao facto de uma estrutura de coordenação de sintagmas nominais representar normalmente um conjunto de entidades distintas, cada uma correspondendo a um dos termos coordenados. Em (13b,c), a coordenação exprime um conjunto com dois animais distintos, mas em (13a) isso não

¹³ É fácil para o leitor verificar que as relações de implicação inversas, i.e., de hiperónimo para hipónimo, não se verificam. Se Rex é um mamífero, não é necessariamente um canídeo, se é um canídeo, não é necessariamente um cão, e assim por diante.

acontece, visto que todos os caniches são cães. Naturalmente, se mais informação for acrescentada ao termo coordenado *um cão*, então a frase tornar-se-á aceitável: cf. *eu tenho em casa um caniche e um cão rafeiro*. Ou seja, nesta frase a coordenação é possível porque *caniche* é co-hipónimo de *cão rafeiro*.

Embora a relação de hiponímia/hiperonímia seja usualmente bastante intuitiva, nalguns casos não o é. Por exemplo, há uma diferença subtil entre as palavras *pássaro* e *ave*, que se reflete no contraste entre as duas frases de (14):

- (14) a. Todos os pássaros são aves.
b. #Todas as aves são pássaros.

O exemplo (14b) é estranho porque a palavra *ave* é um termo genérico usado para qualquer ser bípede com o corpo coberto de penas, com asas e bico, ao passo que a palavra *pássaro* é um termo mais específico, que é usado para qualquer ave capaz de voar. Assim sendo, *pássaro* é hipónimo de *ave*, o que torna ilegítima a relação de inclusão expressa por (14b).

Nem todos os co-hipónimos de um hiperónimo estão em pé de igualdade. Alguns são melhores representantes do que outros da categoria representada pelo hiperónimo, sendo, por isso, considerados prototípicos (sobre esta noção, cf. a introdução a este capítulo). Por exemplo, quando um falante do português pensa na palavra *ave*, há vários co-hipónimos que se apresentam como representantes mais naturais desta classe (*águia, andorinha, canário, pardal, pombo*, etc.) e outros que se apresentam como representantes menos óbvios (*faisão, galinha ou pinguim*). Da mesma forma, se for pedido a alguém que enumere exemplos de cores, é mais provável que *azul, vermelho e amarelo* sejam enunciados antes de cores como *bege, magenta* ou *lilás*. Embora todos estes termos sejam exemplos de cor, alguns são hipónimos mais salientes na organização do léxico mental dos falantes do português.

A divisão dos co-hipónimos em prototípicos e não prototípicos pode ter consequências linguísticas a nível lexical. Para dar um exemplo, o nome coletivo *cardume* denota um grupo de peixes nadando em proximidade, e pode ser especificado pela espécie particular de peixes que formam o cardume (p.e., *cardume de sardinhas*). No entanto, é relativamente estranho falar de um cardume de tubarões, pelo facto de os tubarões não representarem exatamente o protótipo de um peixe. De facto, de modo geral, na nossa cultura, as classes prototípicas de peixes são aquelas cujos membros são animais comestíveis de porte relativamente pequeno (sardinhas, pescadas, linguados, carapaus, etc.). Ora, são precisamente os nomes destas classes que, também tipicamente, se aceitam como complementos do coletivo *cardume*. Repare-se que isso nada tem a ver com o facto de os tubarões não nadarem em grupo (os tubarões-martelo, na realidade, deslocam-se frequentemente em grupo), mas apenas com a aplicabilidade ou não aplicabilidade linguística do nome da classe ao nome coletivo. Naturalmente, também nesta área, falantes diferentes têm intuições diferentes, dependendo da cultura ou subcultura na qual estão integrados, do seu conhecimento e da sua experiência.

Existem certas relações de inferência lógica entre asserções contendo hipónimos e hiperónimos, que variam consoante o tipo de predicado. Por exemplo, verbos como *detestar* implicam que se for verdade que *x detesta y*, então é necessariamente

verdade que *x detesta todos os hipónimos (diretos ou indiretos) de y*. Este padrão de inferências é ilustrado abaixo, em que as frases de (16) são verdadeiras sempre que a frase (15) for verdadeira, isto é, em que a asserção *ele detesta cães* implica que ele detesta todos os tipos de cães, como se exemplifica em (16):

- (15) Ele detesta cães.
(16) a. Ele detesta caniches.
b. Ele detesta galgos.
c. Ele detesta cachorros.

Repare-se que *detestar* não permite inferências do hipónimo para o hiperónimo. Se a frase (17a) é verdadeira, não é necessário que a frase (17b) também seja verdadeira:

- (17) a. Ele detesta caniches.
b. Ele detesta cães.

Outros verbos, como os verbos de percepção (*ouvir, ver*, etc.) ou os verbos que denotam uma ação em que o complemento direto é um paciente afetado (*afagar, alimentar, comprar, fotografar, vacinar*, etc.) permitem a inferência inversa. Tomando *ver* como verbo representativo, se for verdade que *x viu y*, então não é obrigatoriamente verdade que *x viu todos os hipónimos de y*. Assim, o facto de a frase (18) ser verdadeira não implica que as frases de (19) o sejam:

- (18) Ele viu cães no jardim.
(19) a. Ele viu caniches.
b. Ele viu galgos.
c. Ele viu cachorros.

Pelo contrário, verbos como *ver* permitem a inferência do hipónimo para o hiperónimo, ao contrário de *detestar*. Assim, a verdade da frase (20) implica a verdade das frases de (21):

- (20) Eu vi um cão.
(21) a. Eu vi um canídeo.
b. Eu vi um mamífero.
c. Eu vi um animal.

A diferença entre os verbos de percepção e de ação (como *ver, afagar, alimentar*, etc.) e os verbos de atitude afetiva (como *detestar, odiar*, etc.) relativamente às suas inferências hiponímicas e hiperonímicas reside na forma como se combinam semanticamente com o seu complemento direto. Em *ver cães*, p.e., o verbo aplica-se a um conjunto de entidades na extensão do substantivo *cão* (por outras palavras, *ver cães* significa 'avistar seres que são cães'). Como um cão é, por definição, um canídeo, um mamífero e um animal (ou seja, o nome *cão* é caracterizável pelas propriedades semânticas 'canídeo', 'mamífero' e 'animal'), é possível, a partir de 'ver cães', inferir 'ver canídeos', 'ver mamíferos' e 'ver animais'. Contudo, a inferência não "desce" na hierarquia dos hipónimos (como *caniche*, p.e.: se vejo um cão, não

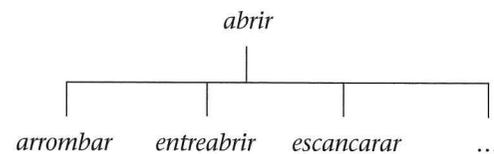
vejo necessariamente um caniche), visto que estes contêm especificações semânticas adicionais que não estão contidas no hiperónimo.

Em contrapartida, em *detestar cães*, o verbo aplica-se à intensão do substantivo *cão*, ou seja, ao conjunto de propriedades que compõem o sentido desse substantivo. Assim, *detestar cães* significa 'ter uma opinião negativa em relação às propriedades que fazem uma entidade ser um cão'. Por inferência, essa atitude afetiva estende-se a todos os seres denotados por palavras que são hipónimos de *cão* (caniches, pastores alemães, cães rafeiros, etc.), visto que todas elas são caracterizáveis pela propriedade 'cão'. Contudo, a atitude não "sobe" na hierarquia dos hiperónimos (como, p.e., *canídeo* ou *mamífero*), visto que estes não se caracterizam pela propriedade 'cão' (odiar cães não implica que se odeiem lobos ou baleias).

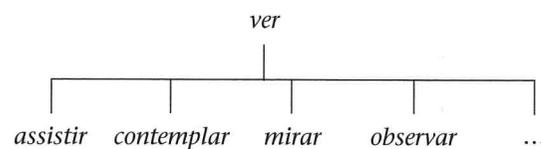
Verbos como *odiar*, *proibir*, *respeitar* e *temer* comportam-se da mesma forma que *detestar*. Este facto não é surpreendente, pois alguns destes verbos estão eles próprios relacionados com outros por meio de uma relação paralela à de hiponímia/hiperonímia nos nomes, relação usualmente referida como **troponímia**. Esta relação existe entre verbos que denotam eventos mais gerais (sobreordenados) e verbos que denotam eventos mais específicos (subordenados). Pode dizer-se, por exemplo, que essa relação existe entre *andar* e *coxear*, pois *coxear* pode ser definido como 'andar de um modo específico/particular' (cf. Barreto 2002).

Os verbos *desgostar*, *detestar* e *odiar* denotam um mesmo tipo de sentimento, embora com diferentes intensidades. Assim, sempre que a proposição 'x odeia y' é verdadeira, então a proposição 'x detesta y' também o é, mas não vice-versa: 'x detesta y' não implica 'x odeia y'. Em (22) e (23) ilustram-se duas hierarquias de hipónimos verbais (isto é, de relações de troponímia):

(22)



(23)



Como o hiperónimo e os seus hipónimos partilham parte do seu sentido, muitos processos lexicais aplicam-se tanto ao hiperónimo como aos seus hipónimos, diretos ou indiretos. Por exemplo, a relação de polissemia regular, discutida acima (cf. 8.3.2), observa-se de uma forma sistemática em todos os hipónimos de um hiperónimo. Assim, tanto *recipiente* como os seus hipónimos exibem dois sentidos polissémicos relacionados, o de 'utensílio' (cf. *amolguei o recipiente*) e o de 'capacidade' (cf. *entornei o recipiente*). Os hipónimos *colher*, *copo*, *panela* ou *tacho* possuem o mesmo tipo de polissemia observado no hiperónimo, como o leitor pode facilmente observar.

Também os hipónimos de um verbo tipicamente partilham parte do sentido do seu hiperónimo. Assim, p.e., todos os hipónimos de *abrir* em (22) selecionam o mesmo tipo de argumentos, combinam-se com o mesmo tipo de adjuntos adverbiais e podem ocorrer no mesmo tipo de estruturas, como exemplificado em (24) e (25):

(24) Ele [abriu/arrombou/entreabriu/escancarou] a porta com um tijolo.

(25) Ele [abriu/arrombou/entreabriu/escancarou] rapidamente a porta.

No entanto, um hipónimo verbal pode impor mais restrições do que o seu hiperónimo. Por exemplo, *abrir* permite exprimir a duração do estado resultante da ação através de um adjunto adverbial introduzido por *durante* (cf. a frase (26a), que significa que a janela esteve aberta durante cinco minutos depois de ter sido aberta); em contrapartida, *arrombar* apenas exprime a ação em si mesma, não permitindo exprimir a duração do estado resultante (cf. a estranheza de (26b)). Repare-se que *arrombar*, no entanto, permite exprimir a duração da própria ação, através de um adjunto adverbial introduzido por *em* (cf. (26c)):

(26) a. Ele abriu a janela *durante cinco minutos*.b. #Ele arrombou a janela *durante cinco minutos*.c. Ele arrombou a janela *em cinco minutos*.

Caso semelhante ocorre com *matar* e *assassinar*. Tal como é ilustrado em (27), o hiperónimo *matar* não requer um agente volitivo ou humano, contrariamente ao hipónimo *assassinar*. Por essa razão, (27b) é semanticamente anómalo:

(27) a. O maremoto matou Abel.

b. #O maremoto assassinou Abel.

8.7 Meronímia-holonímia

Um **merónimo** é uma palavra que denota uma parte incluída num todo maior. O termo que denota esse todo, por sua vez, chama-se **holónimo**. Por exemplo, as palavras *capa*, *contracapa* e *página* são merónimos de *livro* e, inversamente, *livro* é holónimo dessas palavras. O verbo *ter* pode ser usado para exprimir a relação de meronímia-holonímia, sendo o sujeito o holónimo e o complemento o merónimo: cf. *o livro tem muitas páginas* (*página* é merónimo de *livro*), *a cidade tem várias avenidas* (*avenida* é merónimo de *cidade*), *a casa tem um telhado* (*telhado* é merónimo de *casa*), *o júri tem cinco membros* (*membro* é merónimo de *júri*), *um dia tem vinte e quatro horas* (*hora* é merónimo de *dia*), etc.

Um dos aspetos distintivos desta relação é o facto de a entidade designada por um merónimo não estar necessariamente presente como uma parte de todas as entidades designadas pelo holónimo. Por exemplo, *índice* é um merónimo de *livro*, embora não seja necessariamente verdade que todos os livros têm um índice.

Um segundo aspeto desta relação é o facto de se poderem estabelecer estruturas relacionais complexas, pois uma palavra pode ter mais do que um merónimo e mais do que um holónimo. Por exemplo, *livro* tem como merónimos *capa*, *contracapa* e *página*, e tem como holónimos *coletânea* (no sentido de 'coleção de livros

de um mesmo autor, ou com o mesmo tema') e *biblioteca* (conjunto ordenado de livros possuídos por uma entidade). Da mesma forma, cada um destes merónimos e holónimos pode ter os seus próprios merónimos e holónimos. Assim, a palavra *página* (no sentido do conjunto de texto escrito) tem como merónimo *parágrafo*, que, por sua vez, tem como merónimo *linha*, e assim por diante, até *caráter*.

Para além disso, um merónimo pode ter mais do que um holónimo em campos semânticos diferentes. Por exemplo, a palavra *janela* é um merónimo de variadas palavras, incluindo meios de transporte (*autocarro*, *camião*, *carro*, *metro*, etc.) e edificações (*cabana*, *casa*, *prédio*, etc.). Em todos estes casos, uma parte integral que consiste numa abertura com uma determinada forma e disposição, ou no revestimento dessa abertura, é chamada *janela*.

Existem várias classes de meronímia-holonímia, que passamos a descrever mais detalhadamente.

❖ Meronímia quantitativa

Na **meronímia quantitativa**, a relação parte-todo liga uma porção arbitrária a um todo sem partes distintas intrínsecas. Por exemplo, uma melancia não possui partes integrais distintas, como são, por exemplo, os gomos de um citrino. Contudo, um corte de parte de uma melancia é referido pelo nome *talhada*. Este termo requer uma forma específica (por exemplo, um cubo de melancia não é uma talhada) e requer um determinado tipo de holónimo (ver abaixo): um corte de queijo exatamente com a mesma forma e dimensão não é referido como *talhada*, mas sim como *fatia*. Em geral, classes de alimentos possuem termos específicos que referem as porções respetivas, como se ilustra em (28) (cf. também o Cap. 21):

- (28) a. talhada – melancia, melão, meloa, abóbora
 b. fatia – bolo, tarte, queijo, pão
 c. naco – pão, carne, presunto
 d. posta – peixe
 e. bife – vaca, porco, frango, peru

❖ Meronímia integral

Na **meronímia integral** ou **estrutural** (cf. Cap. 21), a parte é integral, individualizável, com funções próprias e claramente distinta do todo onde está inserida. É este o caso, por exemplo, de partes e peças, e o respetivo mecanismo onde estas se inserem. Alguns exemplos são dados em (29):

- (29) a. asa – chávena
 b. asa – pássaro
 c. gomo – laranja
 d. dedo – mão ou pé
 e. manga – camisa, vestido, blusa
 f. gargalo – garrafa
 g. tronco – árvore
 h. trinco – fechadura
 i. parede – casa

❖ Meronímia inclusiva

Na **meronímia inclusiva**, a relação parte-todo liga uma entidade autónoma, com a sua própria identidade, a uma coleção. Por exemplo, uma floresta é formada por árvores, uma alcateia é formada por lobos, etc. Por outras palavras, a meronímia inclusiva estabelece uma ligação entre nomes **coletivos** (ou **grupais**) e os nomes que designam as entidades que compõem esses coletivos. Apresentam-se alguns exemplos em (30):

- (30) a. lobo – alcateia
 b. árvore – floresta
 c. eucalipto – eucaliptal
 d. sobreiro – montado
 e. porco – vara
 f. osso – esqueleto
 g. tecla – teclado
 h. peixe – cardume

Em muitos casos, o sentido do nome que representa o holónimo não se reduz a uma versão plural do sentido do nome que representa o merónimo. Assim, p.e., uma alcateia não é simplesmente um conjunto de lobos, visto que inclui também a ideia de uma hierarquia bem definida no grupo; e uma floresta não é simplesmente qualquer conjunto de árvores (um conjunto de árvores arrancadas do chão e empilhadas num armazém não é uma floresta).

À semelhança do que se exemplificou em (28), alguns nomes coletivos não possuem só um merónimo: p.e., uma manada pode ser formada por vários tipos de animal de grande porte (bovinos, equinos, paquidermes, etc.).

❖ Meronímia material

Na **meronímia material**, a relação parte-todo liga uma substância ingrediente (tipicamente expressa por um nome não contável, ou massivo; cf. Caps. 21 e 25) a uma substância mais complexa. Por exemplo, *álcool* é um merónimo material de *vinho* porque é um dos seus ingredientes necessários, mas não uma parte distinta, discernível e funcional, do vinho (contrariamente, p.e., ao volante de um carro). Ou seja, o sentido da palavra *vinho* de alguma forma implica um componente – entre outros – denotado por *álcool*. Apresentam-se outros exemplos em (31):

- (31) a. açúcar – doce
 b. limão – limonada
 c. ginja – ginjinha
 d. gema – gemada
 e. nitroglicerina – dinamite
 f. carne – bife

Note-se que as relações de meronímia podem entrelaçar-se. Por exemplo, *carne* é um merónimo material de *bife*, o qual, por sua vez, é um merónimo quantitativo de *vaca*, *porco* ou *peru*.

Na maior parte destes exemplos, a substância designada pelo merónimo é um fator necessário para se poder utilizar o holónimo correspondente como nome da

substância complexa. Por exemplo, não existe ginjinha sem ginja, dinamite sem nitroglicerina, ou limonada sem limões. É interessante notar, no entanto, que isso não acontece em relação a todos estes pares. Devido a determinados desenvolvimentos tecnológicos, existe hoje em dia café sem cafeína (também designado por *descafeinado*) e cerveja sem álcool; assim, em casos particulares, *cafeína* não é um merónimo de *café*, nem *álcool* um merónimo de *cerveja*.

❖ Meronímia de subatividade

Na **meronímia de subatividade**, a relação parte-todo liga uma ação a outra ação na qual a primeira está incluída. Por exemplo, *pagar* é uma atividade que faz parte de uma atividade mais complexa, referida como *comprar*; outros casos são exemplificados em (32):

- (32) a. falar – entrevistar
b. mastigar – comer
c. focar – fotografar

É importante notar que *pagar* e *comprar* não estão relacionados através de hponímia-hiperonímia. As duas palavras pertencem a áreas semânticas distintas, embora estejam relacionadas pela meronímia de subatividade.

Repare-se que a subatividade designada pelo merónimo não se encontra necessariamente presente em todas as atividades ou situações designadas pelo holónimo. Por exemplo, não é necessário focar para fotografar, falar para entrevistar, ou mastigar para comer (cf. a expressão de censura *não comas sem mastigar!*).

Em certos casos, o merónimo e o holónimo de subatividade são palavras homófonas: cf., por exemplo, *pintar* ('aplicar tinta em alguma coisa' e 'criar uma pintura') e *escrever* ('inserir caracteres numa página' e 'criar um texto').

❖ Meronímia espacial

A **meronímia espacial** é um tipo de meronímia em que a relação parte-todo liga uma área espacial a uma outra, mais abrangente, e em que as fronteiras entre as duas áreas são algo subjetivas. Ou seja, informalmente, *x* é merónimo espacial de *y* se *x* é uma subárea de *y*. Por exemplo, *baixa* é uma subárea de uma *cidade* densamente urbanizada, ainda que as suas fronteiras possam não ser completamente definidas. Em (33) são dados alguns outros exemplos de meronímia espacial.

- (33) a. oásis – deserto
b. palma – mão
c. lombo – dorso
d. testa – face
e. nuca – cabeça
f. cume – montanha

8.8 Relações proposicionais

Nem todas as propriedades semânticas lexicais têm a ver com relações entre palavras. Algumas destas propriedades manifestam-se em inferências que envolvem

unidades fráscas, e têm a ver, em particular, com a relação que se estabelece entre um predicador (cf. Cap. 11) e os seus argumentos. Nesta secção, descrevem-se três relações que têm sido particularmente estudadas na literatura da Lógica e da Semântica: a simetria, a reflexividade e a transitividade.

8.8.1 Relações e predicadores simétricos

Com a maioria dos predicadores que selecionam dois argumentos (i.e., os predicadores de dois lugares; cf. Cap. 11), a ordem dos argumentos não é reversível. Assim, p.e., mantendo constante a referência dos nomes, a frase *a Joana gosta do Vasco* tem um significado diferente do da frase *o Vasco gosta da Joana*. Em particular, não se pode inferir a verdade de qualquer uma delas a partir da verdade da outra (ou seja, a Joana pode perfeitamente gostar do Vasco sem que o Vasco goste da Joana e vice-versa).

No entanto, existem predicadores de dois lugares que admitem uma tal reversibilidade, i.e., em que uma frase que corresponda ao esquema proposicional *a x b* implica a frase que corresponde ao esquema *b x a* e vice-versa (*a* e *b* representam argumentos, *x* representa o predicador)¹⁴. Assim, em (34a-c), a primeira frase implica a segunda e vice-versa:

- (34) a. O Vasco casou(-se) com a Joana. = A Joana casou(-se) com o Vasco.
b. A Idalina é vizinha da Beatriz. = A Beatriz é vizinha da Idalina.
c. O Manuel é irmão da Maria. = A Maria é irmã do Manuel.

Dizemos então que *casar(-se)* (*com*), *(ser) vizinho* (*de*) e *(ser) irmão/ã* (*de*) são **predicadores simétricos**.

Como se observou acima, a maioria dos predicadores são **não simétricos**, como, p.e., os verbos *beijar*, *gostar* (*de*), *ver* e o nome *amigo* (*de*). Assim, a frase *o Vasco viu a Ana* não implica necessariamente a frase *a Ana viu o Vasco*; e o Pedro pode ser amigo do Paulo sem que o Paulo seja necessariamente amigo do Pedro.

Muitas línguas possuem uma construção gramatical que torna um predicador não simétrico num predicador simétrico: nomeadamente, a chamada **construção recíproca**. Nesta construção, os argumentos *a* e *b* constituem os dois termos de um sujeito coordenado, e no predicado ocorre o adjunto adverbial "de reciprocidade" *um* + preposição + *o outro* (*um do outro*, *uns com os outros*, etc.), como se ilustra em (35) (cf. Caps. 13 e 41)¹⁵:

- (35) a. O Vasco e a Joana beijaram-se (um ao outro).
b. A Idalina e a Beatriz gostam uma da outra.
c. O Manuel e a Maria viram-se (um ao outro).
d. O Pedro e o Paulo são amigos (um do outro).

¹⁴ As relações de implicação descritas nesta subsecção e nas seguintes estabelecem-se não entre as frases enquanto entidades gramaticais, mas sim entre as proposições expressas por essas frases (cf. Cap. 11). Para não sobrecarregar a exposição, no entanto, usamos o termo "frase" em vez de "proposição", pedindo ao leitor que faça o ajuste relevante.

¹⁵ Se o predicador é um verbo transitivo, este é necessariamente "conjugado" com o pronome *se* e o adjunto de reciprocidade é opcional, como em (35a, c); quando o predicador é um nome, o adjunto é igualmente opcional, como em (35d). Na coordenação, os termos também são reversíveis: comparar (35a) com *a Joana e o Vasco beijaram-se (um ao outro)*, etc.

Os predicadores simétricos também podem ocorrer nesta construção, como se ilustra em (36) (comparar com (34)):

- (36) a. O Vasco e a Joana casaram (um com o outro).
 b. A Idalina e a Beatriz são vizinhas (uma da outra).
 c. O Manuel e a Maria são irmãos (um do outro).

Existem predicadores, chamados **assimétricos**, que, por razões lógicas, nunca permitem uma inferência de simetria, como *pai (de)*, *mais alto (do que)*, entre outros. Com estes, obviamente, nem as frases com o esquema proposicional $a \times b$ são equivalentes às frases com o esquema $b \times a$ (cf. (37a)), nem é possível construir uma frase recíproca bem formada semanticamente (cf. (37b)):

- (37) a. O Eduardo é pai do Manuel. (\neq o Manuel é pai do Eduardo)
 b. #O Eduardo e o Manuel são pais um do outro.

8.8.2 Relações e predicadores reflexos

Quando os dois argumentos de um predicador de dois lugares referem a mesma entidade, obtém-se uma **frase reflexa**. Em português, estas frases contêm uma só ocorrência do argumento, com a função de sujeito, e no seu predicado ocorre um adjunto adverbial “de reflexividade”, preposição + *si próprio* ou preposição + *si mesmo* (e suas variantes morfológicas em género e número), como se ilustra em (38) (cf. Caps. 13 e 41)¹⁶:

- (38) a. O doente lavou-se (a si próprio).
 b. O Pedro não gosta de si mesmo.
 c. A Maria é amiga de si própria.

A verdade destas frases é, obviamente, contingente, ou seja, não é necessariamente verdadeiro que um doente se lave a si próprio, nem que o Pedro de que se fala goste de si mesmo, nem que a Maria que eu conheço seja amiga de si própria.

No entanto, existe um pequeno número de predicadores com os quais, por motivos lógicos, as frases reflexas são necessariamente verdadeiras, qualquer que seja o contexto. Ou seja, com estes predicadores, chamados **predicadores reflexos**, o esquema proposicional $a \times a$ (a designa os argumentos, x o predicador), linguisticamente expresso por uma frase reflexa, é sempre verdadeiro. A maioria, se não a totalidade, dos predicadores reflexos representa relações de identidade ou de igualdade: cf. *o João é igual a si próprio*, *a Maria é tão alta como ela própria*, *o Pedro tem a mesma idade que ele próprio*. Por serem tautologias, estas frases são geralmente sentidas como estranhas (e pouco informativas) pela maioria dos falantes.

A maioria dos predicadores de dois lugares (*lavar*, *gostar (de)*, *amigo (de)*, etc.) são **não reflexos**; ou seja, como se observou acima, com eles as proposições que correspondem ao esquema $a \times a$ são apenas contingentemente verdadeiras. Finalmente, existem vários predicadores que, por razões lógicas, são **irreflexos**; ou seja,

¹⁶ De novo, se o predicador é um verbo transitivo, este é necessariamente “conjugado” com o pronome “reflexo” *se* e o adjunto de reciprocidade é opcional, como em (38a). Em construções comparativas, em vez de uma preposição, ocorre uma conjunção-complementador (cf. os exemplos dois parágrafos a seguir, no texto).

com esses predicadores, as proposições representadas pelo esquema $a \times a$ nunca podem ser verdadeiras: cf., por exemplo, *(ser) pai (de)*, *(ser) mais alto (do que)*, etc.

Tal como a construção recíproca torna um predicador não simétrico num predicador simétrico (cf. 8.8.1 e os exemplos em (35)), também a construção reflexa, acima descrita, torna um predicador não reflexo num predicador reflexo (cf. (38)).

Em português existem verbos inerentemente reflexos, como o verbo *suicidar-se* (cf. *ele suicidou-se* e a impossibilidade de **ele suicidou o Luís*)¹⁷. Certos prefixos, como *auto-*, também convertem um predicador não reflexo num predicador reflexo, exigindo sempre o pronome clítico *se*: cf. *ele autorreclinou-se*. Outros verbos são convertidos em predicadores “reflexos” quando têm determinado tipo de complementos. É o caso de *abrir* quando o seu complemento é uma expressão que denota uma parte do corpo, como em *abrir a mão*: numa frase como *o João abriu a mão*, a mão em questão é necessariamente a da entidade referida pelo sujeito (neste caso, o João).

8.8.3 Relações e predicadores transitivos

Os **predicadores transitivos**¹⁸ são aqueles que selecionam (pelo menos) dois argumentos e permitem a seguinte inferência: se as frases que correspondem ao esquema proposicional $a \times b$ e $b \times c$ são ambas verdadeiras, então a frase que corresponde ao esquema proposicional $a \times c$ também é verdadeira. Muitos dos predicadores que denotam relações espaciais, como *conter*, *(estar) no interior (de)*, *sobrevoar*, são transitivos. Por exemplo, se as frases (a) e (b) dos exemplos abaixo forem verdadeiras, então as frases (c) também o serão¹⁹:

- (39) a. O balão sobrevoa o helicóptero.
 b. O helicóptero sobrevoa o barco.
 c. O balão sobrevoa o barco.
- (40) a. As joias estão no interior da caixa.
 b. A caixa está no interior do cofre.
 c. As joias estão no interior do cofre.

A maioria dos predicadores são **não transitivos**, como *beijar*, *colidir*, *empurrar*, *gostar (de)*, *odiar*, *zangar-se (com)*, etc. Assim, se as frases (a) e (b) dos seguintes exemplos forem verdadeiras, nada implica que as frases (c) também o sejam, embora possam sê-lo, em determinadas situações:

- (41) a. O Carlos gosta da Ana.
 b. A Ana gosta do Pedro.
 c. O Carlos gosta do Pedro.

¹⁷ Paradoxalmente, e mau grado a presença do pronome *se*, as frases com *suicidar-se* não são casos da construção reflexa: cf. a impossibilidade de **ele suicidou-se a si próprio*. Este verbo combina-se “intrinsecamente” com *se*, tal como *afundar-se*, *ajoelhar-se*, *queixar-se*, etc.

¹⁸ É crucial referir aqui que a noção de transitividade discutida nesta subsecção é de natureza lógico-semântica, nada tendo a ver com a noção de transitividade sintática caracterizada nos Caps. 11 e 28.

¹⁹ Para além disso, é necessário que a referência dos argumentos seja a mesma nas três frases, e que as situações descritas se integrem no mesmo “macroevento”. Por exemplo, se o helicóptero mencionado em (39a) for diferente do que é mencionado em (39b), ou se (39a) e (39b) representarem eventos distintos espacial e temporalmente, é evidente que a inferência transitiva não se obtém.

- (42) a. O carro colidiu com o jipe.
 b. O jipe colidiu com o muro.
 c. O carro colidiu com o muro.

Um **predicador intransitivo**, por sua vez, é aquele que nunca suporta qualquer inferência transitiva; por outras palavras, uma frase que corresponda ao esquema da inferência será sempre contraditória com as frases obedecendo ao esquema das premissas. Um exemplo é o predicador (*ser*) *pai (de)*: se forem verdadeiras as frases *o Pedro é pai do Luís* e *o Luís é pai do Paulo*, então é necessariamente falsa a frase *o Pedro é pai do Paulo*. No domínio espacial, o predicador (*estar*) (*diretamente*) *ao lado (de)* é igualmente intransitivo: assim, se a Maria estiver (diretamente) ao lado da Alexandra e a Alexandra estiver (diretamente) ao lado da Clara, a Maria não pode estar (diretamente) ao lado da Clara.

Contrariamente às relações simétrica e reflexa, não existe qualquer construção gramatical que torne um predicador não transitivo num predicador transitivo.

9 PROCESSOS DE LEXICALIZAÇÃO	215
9.1 Noções gerais sobre lexicalização	217
9.2 Valores semânticos, classes lexicais ou gramaticais e valores funcionais das unidades multilexicais	221
9.3 Identificação das unidades multilexicais e aferição dos seus graus de lexicalização	223
9.3.1 Propriedades formais das unidades multilexicais	225
9.3.1.1 Plano paradigmático	225
9.3.1.1.1 Substituição lexical	226
9.3.1.1.2 Variação flexional	230
9.3.1.2 Plano sintagmático	232
9.3.2 Propriedades semânticas das unidades multilexicais	238
9.3.2.1 Uso das unidades multilexicais em línguas especializadas	241
9.3.3 Aspectos quantitativos das unidades multilexicais	244

8 ORGANIZAÇÃO DO LÉXICO

A organização semântica do léxico é uma questão complexa. De facto, o significado das palavras nem sempre é fácil de descrever, visto que muitas delas, principalmente as de uso comum, veiculam mais do que uma interpretação e remetem para classes de entidades e de conceitos muito diversos. Por exemplo, o conceito de 'aparelho' pode aplicar-se não só ao nome de natureza geral *aparelho*, mas também a nomes mais especializados como *rádio*, *televisão*, *ventilador*, *prensa*, *fotocopiadora* (entre muitos outros), devido à natureza e complexidade dos objetos que esses nomes representam, ainda que estes tenham formas e funções muito diferentes¹.

Por outro lado, existem características funcionais que podem, em princípio, ser atribuídas a uma enorme quantidade de objetos, sem, no entanto, definirem necessariamente uma propriedade semântica partilhada por todas as palavras que se usam para designar esses objetos. Por exemplo, muitos objetos podem ser usados como uma arma (ou seja, como um instrumento para ferir ou matar), incluindo carros, canetas, livros, telefones, lenços, etc. No entanto, nem todos os nomes que representam esses objetos são semanticamente caracterizados como 'armas'; assim, enquanto substantivos como *adaga*, *alfange*, *espingarda*, *faca*, *granada* ou *revólver* têm esse conceito como parte do seu significado, o mesmo não se pode dizer de nomes como *caneta*, *carro*, *lenço*, *livro*, *telefone* ou mesmo *canivete* e *faca de cozinha*.

As palavras podem também variar quanto à riqueza e precisão do significado que possuem. Assim, uma palavra como *gato* está associada a um conjunto relativamente preciso e rico de propriedades semânticas de natureza descritiva ('animal', 'mamífero', 'felino', 'com pelo', 'com quatro patas', 'com unhas retráteis', 'domesticado', 'que convive com o ser humano', 'que caça ratos', entre outras – cf. 8.1). Essas propriedades, por sua vez, permitem que a palavra represente um conjunto bem delimitado de entidades do mundo (de animais, neste caso), o qual se opõe ao conjunto dos cães, das girafas, das raposas, etc.

¹ Este facto, por sua vez, permite dizer que um ventilador é um aparelho, que uma televisão é um aparelho, etc. (sobre a relação que se estabelece entre um termo geral como *aparelho* e termos particulares como *televisão* e *ventilador*, cf. 8.6). O conceito de 'aparelho' sintetiza, assim, um núcleo semântico comum a todas essas palavras, podendo ser caracterizado como 'conjunto de peças ou mecanismos formando um instrumento capaz de executar determinadas operações'.